



DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO E DESENVOLVIMENTO POLARIZADO: teorias em confronto

Cleilton Sampaio de Farias¹

José Júlio Cesar do Nascimento Araújo²

RESUMO

Recentemente, com o surgimento da teoria de desenvolvimento regional endógeno a análise econômica passou a centrar-se sobre fatores não econômicos e sobre falhas de mercado, a partir de externalidades, no processo de crescimento e desenvolvimento. Nesse caso, acredita-se que o crescimento é visto como um processo impulsionado por forças endógenas ao sistema de mercado, e assim, o desenvolvimento seria alcançado pela potencialização desses fatores endógenos. O fato é que algumas dessas características confrontam diretamente a teoria clássica dos pólos de crescimento baseados no desenvolvimento industrial no modelo da indústria chave e sua irradiação ao redor. É a tarefa deste texto, situar o debate entre essas teorias, além de apresentar um ensaio sobre desenvolvimento e planejamento do desenvolvimento.

Palavras chave: Desenvolvimento, planejamento, desenvolvimento endógeno, desenvolvimento polarizado.

INTRODUÇÃO

A história da desigual regionalização mundial entre países desenvolvidos - e aqueles bem abaixo destes - e os subdesenvolvidos, é muito recente, para muitos se deu com o discurso do presidente dos Estados Unidos Truman em 1949 (Esteva, 2000).

¹ Mestrando em Desenvolvimento Regional – UFAC, Docente Geografia – IFAC, Professor do Instituto de Educ., Ciência e Tecnologia do Acre - IFAC . cleilton.sampaio@ifac.edu.br.

² Mestrando em Desenvolvimento Regional – UFAC, amadeus13julio@gmail.com

No entanto, a repercussão que esse tipo de diferenciação espacial provocou no mundo é de certa forma espetacular, pelo fato de que se impõem alguns requisitos para aqueles que foram classificados como subalternos (subdesenvolvidos) e que pretendem se tornar elite (desenvolvidos), e que esses requisitos ou etapas são e/ou serão efetivados através do planejamento econômico na base capitalista por quase todo o mundo.

Infere que, nesta caminhada rumo ao desenvolvimento, uma série de modelos e planos foram e ainda são utilizados, e que muito recente, as políticas de desenvolvimento passaram a privilegiar as especificidades escalar como lócus de ação do planejamento do desenvolvimento, não só a nível nacional, como o regional e o local.

Assim, o nosso objetivo é discutir algumas teorias mais recentes de desenvolvimento regional e suas implicações ou discordâncias com teorias clássicas. Para tanto, iniciaremos com a apresentação da concepção de desenvolvimento que achamos ser a que mais condiz com a realidade. Talvez, não seja a linha teórica preferida da maioria dos intelectuais, por se tratar de uma concepção amparada na crítica ao discurso daquilo que se propõem a determinar como um caminho perfeito para se chegar a um lugar idealizado. Mas, a proposta não é apenas criticar, vai além, se trata de uma crítica destrutiva do desenvolvimento para mostrar a sua realidade de formador de desigualdades e pobreza, no entanto, essa corrente da qual falamos, sugere a finalização do desenvolvimento para a sua efetiva superação, o pós-desenvolvimento. Posteriormente, faremos uma abordagem sobre o planejamento regional e, por fim, abordaremos a nova teoria de desenvolvimento regional com base nos fatores endógenos em confronto com a teoria de desenvolvimento polarizado.

1. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A INSERÇÃO TEÓRICA DA CONCEPÇÃO DO PÓS-DESENVOLVIMENTO

Montenegro Gómez (2006, p. 19) em sua tese Desenvolvimento em (des) construção, explora a idéia de desenvolvimento por uma linha pós-estruturalista conhecida genericamente como pós-desenvolvimento. Essa corrente teórica caracteriza-se pela rejeição absoluta ao desenvolvimento, baseada na crítica que pretende desmontá-lo, para mostrar a sua incongruência e a necessidade de superá-lo. Gestada na década de 1980, consolida-se apenas na década de 1990:

Sob a denominação ampla de pós-desenvolvimento, articula-se uma profunda crítica ao desenvolvimento, a seus motivos e suas premissas, a seus discursos e suas práticas. Não se trata de uma crítica que pretenda mudar o foco do desenvolvimento, ou incorporar nele um caráter mais popular e participativo, como apontam outras tendências teóricas. É uma crítica que o rejeita absolutamente (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 121).

Nessa linha teórica, os autores procuram desmontar a construção do mundo perfeito do desenvolvimento, planejada na tentativa de melhorar a qualidade de vida, confrontando seu discurso de progresso, melhora e avanço com os prejuízos que vinha provocando, na sua prática. Essa desconstrução consiste na apresentação crítica aprofundada e sólida para mostrar o que realmente é o desenvolvimento: um empreendimento megalomaniaco e absurdo.

[...] A força e a legitimidade da idéia de desenvolvimento reside não tanto nas suas conquistas e resultados, como na sua capacidade de articular discursos e práticas capazes de marginalizar e até fazer desaparecer os erros, os fracassos e, em geral, a crua ineficácia de suas estratégias. Assim como de integrar, contra-restar ou ignorar as críticas recebidas (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 34).

Os discursos e práticas buscam enfatizar o caráter atribuído à “continuidade e homogeneidade”, definida na essência da evolução dos modelos de desenvolvimento, pois apesar das propaladas mudanças, da aparente pluralidade (heterogeneidade), da existência de várias formas de entender o rural, os discursos e práticas que prevalecem ainda estão baseados no passado e estão atrelados a entendimentos sobre o desenvolvimento que reproduzem, com pequenas variações, os modelos aceitos e impostos pelos órgãos de controle internacional (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 34).

Mas afinal, ao pé da letra, o que se entende por desenvolvimento:

[...] configura-se pela rede de saberes, de práticas e de poderes que aglutina. Saberes que se concretizam nos objetos, conceitos, teorias etc. que a ele se referem e que ele produz. Práticas em que se materializam esses saberes. Poderes que o sustentam, por meio de instituições políticas, acadêmicas, econômicas etc. (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 36).

Dessa forma, através do pós-desenvolvimento são tecidas algumas provocações baseadas nas concepções de Rist (2002), Escobar (1998) e Sachs (1992), a fim de apoiar os argumentos críticos da teoria para a desconstrução do desenvolvimento (MONTENEGRO GÓMEZ, 2007, p. 40):

1. O desenvolvimento é apenas uma nova religião sustentada no discurso da modernidade, compartilhada pela quase totalidade dos tecnocratas da economia e uma parte significativa da população. Baseia-se na idéia de que só como crença poderia explicar-se que o desenvolvimento continue existindo diante do tamanho de erros cometidos.

2. O discurso do desenvolvimento é uma invenção que modela a concepção da realidade e a ação social daqueles considerados subdesenvolvidos, através da relação de um conjunto de elementos que permitem que o discurso crie aquilo que se fala e estabelecer-se como discurso da verdade.
3. O conceito de desenvolvimento se assemelha a uma ameiba, pelo seu caráter de maleabilidade e de sua capacidade de integrar aspectos diversos. Assim, diante dos sucessivos fracassos (década de 1950), do enfrentamento de contínuas críticas e da necessidade de adaptação o contexto socioeconômico, político e ambiental, constatam-se a sucessão de ajustes e práticas como respostas, modelando-o a cada momento.

2. FUNÇÃO DO PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

Todas essas críticas, da corrente teórica pós-desenvolvimento, fortalecem a sua abordagem ao referir-se que o planejamento do desenvolvimento é utilizado como estratégia fundamental para a reprodução capitalista. Estratégia, pois, ao mesmo tempo, é uma via de reprodução do capital e também de controle social, servindo para concertar os transtornos temporais provocados pela dinâmica natural do sistema, permitindo a mudança da condição de país subdesenvolvida, num futuro muito próximo, para países desenvolvidos.

Na verdade, é engano de alguns acreditarem que existe planejamento neutro, pois a possibilidade do planejamento é dada pelo caráter mesmo das relações de produção e, portanto sociais que fundam o sistema capitalista. Em geral, o planejamento no sistema capitalista não é nada mais que a forma de racionalização da reprodução ampliada do capital (OLIVEIRA, 1996, p. 24).

O planejamento é dessa forma, uma ferramenta essencial para o capitalismo, que em seu percurso de acumulação provoca equívocos e distorções que necessitam de ajustes, e o próprio Estado por sua conta e risco organiza a sua atuação a fim de remediar e de perpetuar a acumulação capitalista. Esse argumento pode ser fortalecido com as palavras de Oliveira (1996), vejamos:

[...] O planejamento emerge aqui como uma “forma” da intervenção do Estado sobre as contradições entre a reprodução do capital em escala nacional e regional, e que *tomam a aparência de conflitos inter-regionais*; o planejamento não é, portanto, a presença de um Estado mediador mas, ao contrário, a presença de um Estado capturado ou não pelas formas mais adiantadas da reprodução do capital para forçar a passagem no rumo de uma homogeneização, ou conforme é comumente descrito pela literatura sobre planejamento regional, no rumo da “integração nacional”. Nem ainda o planejamento é uma forma “neutra” dessa presença: ao contrário, ele é no mais das vezes uma forma transformada da própria luta de classes, tanto ao nível das contradições na reprodução

global do capital quanto ao nível das contradições entre as formas diferenciadas, “regionais”, daquela reprodução e as mesmas formas das relações de produção (OLIVEIRA, 1996, p. 29-30. Grifo do autor).

Nesse sentido, para uma exploração do termo planejamento dentro do capital, dividiremos este argumento em duas partes: a primeira sobre o caráter estratégico de reprodução do capital nos apoiaremos na formulação de Santos (2007). Na segunda parte, que enfoca o planejamento como estratégia de controle social, esboçaremos suas características baseado na concepção de Montenegro Gómez (2006).

Assim, nesse processo de penetração capitalista nos países pobres através do planejamento econômico do desenvolvimento, o ideal que se segue é a acumulação a qualquer custo. Santos (2007, p. 27 – 32) descreve três fases sucessivas de penetração capitalista:

a) A primeira foi a penetração pela força de diversas formas: partindo da ideologia, com a proposta de colonização, começa durante o século XVI nas Américas e no fim do século XIX na maior parte da África;

b) A segunda fase inicia por volta da década de 1940: é marcada pelo desenvolvimento dos monopólios transnacionais, com a revolução científica e tecnológica;

c) A terceira ocorre por todo “terceiro mundo”: caracterizada pela nova fase do processo de modernização capitalista como a “pobreza planejada”.

De outra forma, também podemos delimitar historicamente o planejamento como uma estratégia completa e complexa de legitimação do capitalismo (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 27):

- 1) Na sua fase keynesiana (sua origem, dos anos 1940 até os anos 1970);
- 2) Na fase neoliberal (passageiramente em crise, nos anos 1970-1980) ou;
- 3) Na fase de globalização neoliberal a partir de 1990.

Analisando as políticas de desenvolvimento mais recentes, seria impossível negar o importante papel desempenhado pelo planejamento econômico como instrumento eficaz para a reprodução do capital. Até a década de 1930, a alocação de recursos ocorria espontaneamente, de forma equilibrada, não sendo necessária a intervenção na economia. Com a crise mundial, caiu por terra a política do *laissez-faire*, com o fim do livre mercado. Dessa forma, a intervenção do Estado passou a ser aceita com a utilização do planejamento para estimular o investimento privado, garantir o bem estar e o crescimento (SANTOS, 2007, p. 14 – 15).

A serviço do planejamento a economia perdeu seu *status* científico e se tornou simples ideologia, cujo fito é persuadir Estados e povos das vantagens daquilo que passou a ser chamado desenvolvimento: a venda

DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO E DESENVOLVIMENTO POLARIZADO: teorias em confronto

da ideologia do crescimento aos Estados, a imposição de uma ideologia de sociedade de consumo às populações. Ambas combinadas induzem ao capital estrangeiro e à aceitação de um só parâmetro aplicável à economia, à sociedade, à cultura, à ética; em suma, à dependência e à dominação; à dominação através da dependência (SANTOS, 2007, p. 15).

O fato é que, ao pensarmos em desenvolvimento como algo que não somos ou a um espaço que não pertencemos, antes temos que localizarmos dentro do processo, ou seja, como países dominados, periféricos, atrasados ou subdesenvolvidos. Assim, após a classificação espacial de subdesenvolvido, o que resta é, utilizar o planejamento para alcançar a condição de desenvolvido (como se fosse possível).

Nesse processo de subordinação e dependência em que os países subdesenvolvidos têm de imitar os desenvolvidos, pela busca de equiparar-se quantitativamente, cria-se a necessidade do consumo do exterior.

No entanto, uma das etapas para o desenvolvimento, baseada na imitação dos modelos difundidos pelos países ricos, consistia na construção de grandes projetos com ampla exibição de capital, como os países subdesenvolvidos eram incapazes de acumular internamente o capital (na opinião dos ricos) para seus investimentos modernizantes, por possuir o “mercado limitado e a capacidade ociosa”, foi-lhes proposto a ajuda financeira como forma de encorajar a entrada de capital privado, e de aplainar o caminho para o endividamento cumulativo, “e para a distorção de toda a economia, uma vez que, para pagar as importações ou o serviço da dívida, riquezas minerais tiveram que ser alienadas e a agricultura teve de ser canalizada para a produção de exportação” (SANTOS, 2007, p. 17).

O planejamento do desenvolvimento na concepção de Montenegro Gómez (2006) também pode ser entendido como estratégia de controle social, que consiste na “tarefa de ordenar a sociedade, impondo-lhe as normas, as funções e os limites apropriados para consolidar o sistema socioeconômico e político vigente”. O controle social pressupõe um instrumento de melhoria geral da qualidade de vida, socialmente imposto mediante subterfúgios que o fazem desejável e culturalmente natural. Justifica-se essencialmente como modo de manter certa ordem social, ou seja, de proporcionar algumas benesses que sem o qual não seriam alcançadas. Em termos, é possível visualizar ideologicamente como essa estratégia é imposta aos desqualificados do desenvolvimento.

Alguém se colocaria contrário em ter mais saúde, educação, possibilidades de lazer? Alguém teria objeções a um aumento de sua qualidade de vida, de sua capacidade de consumo? Alguém seria, enfim, contrário a viver num lugar que oferecesse mais oportunidades econômicas, sociais e culturais? O desenvolvimento promete tudo isso, portanto, quem se colocaria contra o desenvolvimento? O natural é acreditar na esperança que o desenvolvimento traz encantar-se com sua

promessa tipicamente capitalista de oferecer o melhor dos mundos possíveis e desejar todas as benesses que parece proporcionar (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 35).

Nesse caso, o desenvolvimento continua tendo um papel importante como instrumento de aquecimento econômico, pois permitiu a aceleração da reprodução do capital, através de empréstimos ou incentivos propostos para a construção de infra-estruturas, para dinamizar o setor produtivo, de forma que possa acelerar a circulação, a reprodução e a acumulação do capital (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 37).

Diante de tais perspectivas desenvolvimentistas, vários foram os planos forjados para alcançar os fins já explicitados. No entanto, alguns tiveram conseqüências desastrosas por vários motivos.

Depreende-se que, por conta disso, ocorreram algumas mudanças nas políticas de desenvolvimento, que passaram a considerar a escala como instância fundamental para o planejamento e a valorizar as diferenças territoriais a partir da diversidade e potencialidade do lugar. Assim, as especificidades passaram a ser consideradas na elaboração dessas políticas e a abertura de espaço para a participação da população local. “Os desequilíbrios regionais intensificados pela reorganização da produção globalizada passaram a ser estudados, basicamente, sob duas categorias analíticas: a sustentabilidade e a endógena” (MORAES, 2003, p. 125).

Assim, as novas teorias de desenvolvimento regional passaram a centrar-se na análise sobre fatores não econômicos e sobre falhas de mercado, a partir de externalidades, no processo de crescimento e desenvolvimento. Considerando que o crescimento é visto como um processo impulsionado por forças endógenas ao sistema de mercado, o desenvolvimento seria alcançado pela potencialização desses fatores endógenos (SILVA FILHO; CARVALHO, 2001, p. 471).

3. Novas teorias de desenvolvimento regional: a teoria de desenvolvimento endógeno em confronto com a teoria de desenvolvimento polarizado

“O desenvolvimento endógeno tem suas origens na década de 1970, quando começam a se destacar as propostas de desenvolvimento da base para o topo”, ou de baixo para cima, partindo do fortalecimento das potencialidades do local, como forma de transformar, fortalecer e qualificar as estruturas internas de uma região. Apóia nos fatores de produção: capital social, capital humano, conhecimento, pesquisa e desenvolvimento, sendo que os fatores são gerenciados endogenamente em cada território, e baseia-se na execução de políticas de

DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO E DESENVOLVIMENTO POLARIZADO: teorias em confronto

fortalecimento e qualificação das estruturas internas dos territórios, criando condições sociais e econômicas para a geração e atração de novas atividades produtivas (MORAES, 2003, p. 125).

De forma semelhante, encontramos em Amaral Filho (1996, p. 37) um conceito de desenvolvimento endógeno:

[...] Pode ser entendido como um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido. [...].

A formação da teoria de desenvolvimento endógeno se deve a ruptura com a teoria tradicional de desenvolvimento preconizada por R. Solow, que se baseia na função de produção $Y = f(K, L)$, ou seja, o volume de produção (Y) é função de Capital (K) e Trabalho (L). Na nova teoria, R. Lucas e P. Romer passam a considerar endógenos fatores antes considerados externalidades ou exógenos na determinação do crescimento econômico, tais como: capital humano, conhecimento, informação e pesquisa e desenvolvimento. Esses fatores, somado da capacidade criativa e inovadora funcionaria como vantagens competitivas regionais (AMARAL FILHO, 1996, 2001, p. 41).

A presença e o investimento em tais fatores endógenos transformariam e modelariam a região. Uma das formas de intensificar o processo de crescimento econômico e desenvolvimento regional é através da formação de aglomerações, e a partir daí segue-se até a formação do Sistema Local de Produção (SLP).

A especialização de um determinado território ou região em uma atividade específica é chamada aglomeração. Após a incorporação de novidades e inovações, transformando qualitativamente as empresas presentes na aglomeração, caracterizando um arranjo produtivo territorial. O arranjo caracteriza-se pela presença de um conjunto de atividades geradoras de emprego e renda em torno do núcleo original. Quando se agregam estruturas de governança, que determinem a dinâmica de arranjo produtivo, este passa a ser denominado de sistema local de produção (SLP), sendo imprescindível para isso, o capital social (MORAES, 2003, p. 131- 132).

“Ao mesmo tempo em que as empresas regionais são estimuladas a ter um “foco” e a operarem de forma integrada, o arranjo produtivo também estimula a criação de micro e pequenas empresas, contribuindo para a formação de um sistema local de produção” (MORAES, 2003, p. 132).

DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO E DESENVOLVIMENTO POLARIZADO: teorias em confronto

Na verdade, é neste ponto, ou seja, na cooperação, que apontamos para a principal diferenciação da teoria da endógena baseada na aglomeração com a teoria dos pólos de crescimento de Produz.

Além disso, analisando os fundamentos da teoria dos pólos de crescimento de Produz, o primeiro passo seria a alocação de uma indústria com características propícias a obtenção de ganhos para frente e para trás, e assim incentivar o processo de crescimento dos setores envolvidos indiretamente: certas indústrias se desenvolvem de forma diferentemente das demais, com taxas de crescimento mais elevadas que a média nacional, neste caso, está indústria (a indústria motriz) induzirá o lucro de um conjunto de indústrias.

Enfatizando que o crescimento não ocorre simultaneamente em toda parte, mas em pontos ou pólos de crescimento, que tenderiam a se expandir pela economia, nos pólos de crescimento, existem indústrias que constituem pontos privilegiados de aplicação das forças ou dinamismos de crescimento, a indústria motriz. Quando essas forças provocarem aumento das vendas de uma indústria-chave, provocarão também, expansão e crescimento em geral.

O conceito de indústria motriz é introduzido para denominar aquela que tem a capacidade de comprar de várias indústrias e assim aumentar as suas próprias vendas. “Chamamos de indústria-chave, aquela que induz na totalidade de um conjunto, por exemplo, de uma economia nacional, um acréscimo global de vendas muito maior que o acréscimo de suas próprias vendas” (Perroux, 1955, p. 152).

Outro ponto de discordância encontra-se no fato de que a base do pólo em uma indústria chave não corresponde a um fator local tão preconizado pela teoria endógena, ou seja, os atributos do território local ou vocacional. Vejamos como estes atributos podem ser desenvolvidos endogenamente:

As chamadas economias de aglomeração ou *clusters* possuem algumas características que as diferenciam dos modelos de desenvolvimento regional sendo que a principal delas é a de estímulo a atividades vocacionais e a cooperação entre empresas de uma mesma cadeia produtiva gerando a troca de informações e uma maior possibilidade de fixação de empreendimentos no local (SILVA FILHO, CARVALHO, 2001, p. 469).

Diferentemente, a teoria dos pólos de crescimento baseada em firmas ou setores motrizes muitas vezes se apresentaram indiferente aos caracteres das regiões onde foram implantados, tendo em vista a não consideração dos fatores endógenos, influenciando significativamente para a formação de economias de enclaves e aglomerações de indústrias sem coerência interna nas suas interconexões (SILVA FILHO, CARVALHO, 2001, p. 56).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece ainda não ser evidente no debate acadêmico as causas das desigualdades entre os países, no entanto é bem difundida a divisão entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, com uma grande distância entre eles. O planejamento tem sido dessa forma, uma das estratégias mais sugeridas e utilizadas para diminuir e até mesmo acabar com essa distância infundável. Acabar-se-á? Veremos. Ainda assim, uma série de novas teorias baseadas em formas e esquemas diversos é criada e remodelas.

É nesse contexto que se propõe inserir as novas abordagens com base em fatores endógenos, como forma de internalizar aqueles princípios ora localizados fora da função de produção. Acredita-se que fazendo esses ajustes e internacionalizando ou corrigindo essas falhas, o país alcançará níveis melhores de crescimento e desenvolvimento local, regional e nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL FILHO, Jair do. Desenvolvimento Regional Endógeno em um Ambiente Federalista. **Planejamento e Políticas Públicas**, N° 14 – Dezembro de 1996.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento com poder**. Petrópoles, Rj: Editora Vozes, 2000.

PERROUX, François. **Note sur la notion de croissance**. Economia Appliquée, 1955. Traduzido por Simão Pedro Casassanta e revisado por Cândido Luiz de Lima Fernandes e Aloísio Barbosa de Araújo.

MORAES, Jorge Luiz Amaral de. Capital Social e Desenvolvimento Regional. In: CORREA, Silvio Marcus de Souza (Organizador). **Capital Social e Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003. Pp. 123 -148.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge R. **Desenvolvimento em (des)construção**. Narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. 2006. 438 h. Tesis (Doctorado en Geografía) — Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

_____. Desenvolvimento em (des)construção: Provocações e questões sobre desenvolvimento e geografia. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Maria Inez Medeiros; SUZUKI, Julio Cesar (Orgs.). **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classes.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas.** São Paulo: Edusp, 2007.

SILVA FILHO, G. E. CARVALHO, Eveline Barbosa Silva. A teoria do crescimento endógeno e o desenvolvimento endógeno regional: Investigação das convergências em um cenário pós-Cepalino. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 32, n. Especial P. 467-482, novembro de 2001.

ENDOGENOUS DEVELOPMENT AND DEVELOPMENT POLARIZED: theories in confrontation

Abstract

Recently, with the emergence of the theory of endogenous regional development economic analysis has focused on non-economic factors and market failures on the starting of externalities in the process of growth and development. In this case, it is believed that the growth is seen as a process driven by endogenous forces the market system, and thus the development would be achieved by potentiation of endogenous factors. The fact is that some of these features directly confront the classical theory of growth poles based on the model of industrial development in key industry and its radiation around. It is the task of this text, placing the debate between these theories, and present a paper on development and development planning.

Keywords: Development, planning, development, endogenous development polarized.

Recebido em 21 de setembro de 2010; aprovado em 07 de janeiro de 2011.